



***Centro Paroquial Casa da
Sagrada Família de Penafiel***

***Relatório e Contas
Exercício de 2018***

Índice

Identificação da Entidade.....	3
Designação.....	3
Sede.....	3
Natureza da atividade.....	3
Órgãos Sociais: Quadriénio 2016 / 2019.....	3
Direção:.....	3
Conselho Fiscal:.....	3
Relatório de Gestão.....	4
Enquadramento Economico.....	4
Introdução Institucional.....	5
Organização Interna.....	6
Resultados Operacionais.....	6
Execução Orçamental.....	7
Informação Económica e Financeira.....	7
Valores dos Fundos Patrimoniais e Passivo:.....	10
Análise dos Gastos:.....	10
Análise dos Proveitos:.....	11
Análise de Resultados.....	11
Conclusão:.....	11
Proposta de Distribuição de Resultados.....	12
Considerações Finais:.....	12

Identificação da Entidade

Designação

A Instituição adota o nome de CENTRO PAROQUIAL – Casa da Sagrada Família de Penafiel, fundada em 09 de dezembro de 1948, identificada nas finanças sob o NIF n.º 501 651 039.

Sede

Rua Direita, n.º 87, CP - 4560 462 PENAFIEL.

Natureza da atividade

É uma Instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar ajuda à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), por despacho de 15 de junho de 1984, no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 20/84, a Fls. 48 e verso.

Em conformidade com as naturezas que lhe provém, a Instituição presta serviço de apoio à Infância, através das Valências da Creche, Pré. Escolar e CATL.

Órgãos Sociais: Quadriénio 2016 / 2019

Direção:

Presidente: Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha

Vice-Presidente: Manuel Vieira Lopes

Secretária: Sandra Cristina Cerqueira Santos

Tesoureira: Hermínia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita

Vogal: Luís Tadeu Pimenta Carvalho

Conselho Fiscal:

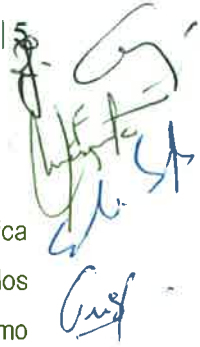
Presidente: António Ferreira de Oliveira e Silva

Secretário: Joaquim Teixeira Alves

Vogal: Domingos Moreira

Enquadramento Económico

As IPSS são instituições sem fins lucrativos, com um dever social de solidariedade e de justiça perante a sociedade, que têm como fim ajudar os que mais precisam, para que estes estejam devidamente acompanhados e integrados na sociedade. Estas instituições não são administradas diretamente pelo estado ou pelas autarquias locais, na verdade qualquer pessoa pode abrir uma atividade que funcione como IPSS, mediante inscrição na segurança social, sempre com a finalidade de apoiar a comunidade carenciada. As IPSS procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis na sua área de atuação, hoje em dia assumem ainda uma especial importância na dinamização das economias locais, com a criação de empregos. No contexto macroeconómico e segundo estudo efetuado e divulgado pelo presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) afirmou hoje que as instituições se "confrontam com imensas dificuldades" e têm um "défice progressivo assustador", uma vez que as comparticipações são insuficientes. "As comparticipações da parte do Estado fixaram-se num montante que não é suficiente e as comparticipações de utentes, que são normalmente os mais carenciados, são claramente insuficientes", referiu o padre Lino Maia. Segundo o responsável da CNIS, as instituições "confrontam-se com imensas dificuldades", da parte do Estado português "não tem havido atrasos", mas "uma diminuição progressiva" em relação aos custos. O sacerdote lembra que quando foi assinado o "pacto de cooperação" previa-se, "era esta a expectativa", que o Estado "comparticipasse nunca abaixo dos 50% dos custos" e, neste momento, "está no 38% dos custos das instituições". Neste contexto, acrescenta que na "sequência da crise" que afetou Portugal os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm "vindo a diminuir a sua comparticipação", mas as instituições "vão privilegiando os mais carenciados". "As duas comparticipações – utentes e estado – são 71% dos custos reais das instituições, há um défice progressivo que é assustador", considerando que na próxima negociação o Estado "favoreça mais, recupere a sua comparticipação para que não haja colapso". O padre Lino Maia lembrou que no estudo 'Importância económica e social das IPSS em Portugal', apresentado pela CNIS em dezembro de 2018, verificaram que "18% das instituições estão com o EBITDA negativo" e cerca de 40% tem receita inferior à despesa. Segundo o documento, 41,12% das IPSS tiveram resultados líquidos negativos em 2016; as instituições vivem do financiamento público, que não chega a 50%; do contributo dos utentes, que corresponde a cerca de 32% dos custos; bem como de donativos, abaixo dos 10%, além de rendimentos gerados pelas próprias instituições. As IPSS são "extremamente importantes" para a economia social e coesão regional, como está "estudado e provado" no referido estudo, afinal por cada "euro investido nestas instituições significa quatro euros de promoção de atividade económica", para além de em muitas comunidades serem "os únicos serviços às pessoas.



Introdução Institucional

O Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel é uma instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar apoio à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã. A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), desde 15 de junho de 1984, por despacho da Direção da Segurança Social, com novos estatutos aprovados pelo episcopado do porto em 30 de setembro de 2015.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a instituição tem como principal área de atuação “Atividades de Apoio Social à Infância, sem alojamento”, através das Valências de Creche, Pré-escolar, CATL-Centro de Atividades Tempos Livres e Centro de Estudo.

Centro Paroquial Casa da Sagrada Família de Penafiel, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2018, a elaboração é feita pela Direção, com a colaboração direta do Contabilista Certificado, que posteriormente o submete ao Parecer do Conselho Fiscal para posterior remessa ao Ordinário do Lugar, conforme determina a alínea b), do número 1, Artigo 19º, dos Estatutos da Instituição.

Este Relatório representa assim, a continuação de um ciclo que tem por objetivo a promoção da missão da Instituição num contexto social que, naturalmente coloca desafios diferentes em cada ano, num tempo adverso que permanece no nosso País desde meados de 2011.

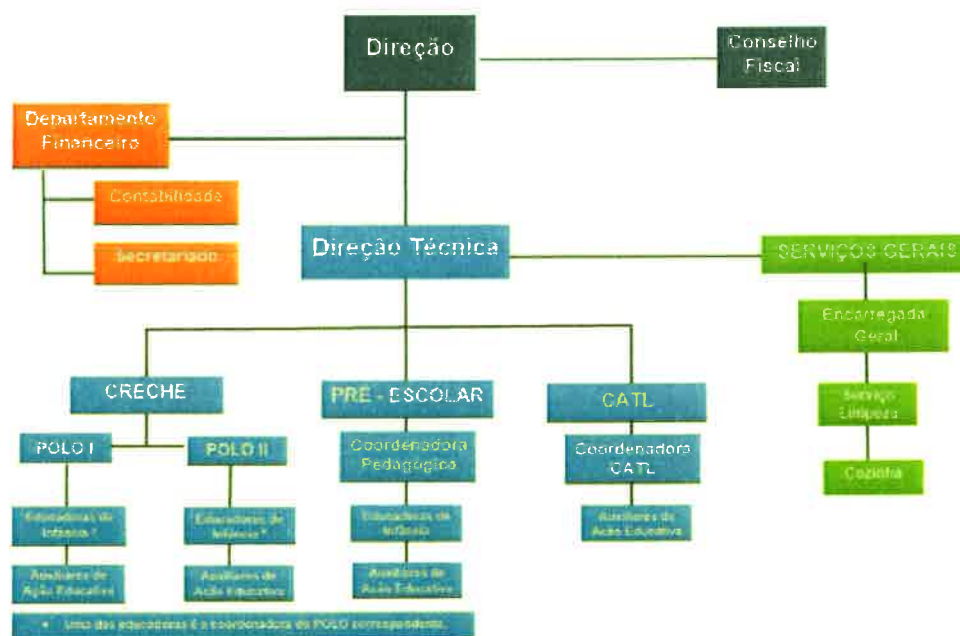
Salienta-se que a delicada situação social que se continua a viver em todo o mundo e também em Portugal, aumenta a responsabilidade das IPSS Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz, a sua missão. Neste contexto, as IPSS envolvidas devem reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade, não obstante as dificuldades trazidas pela conjuntura económico-financeira instalada.

Este conjunto de documentos procura relatar a posição económico-financeira da Instituição, constituído pelas Demonstrações Financeiras exigidas pelas diretivas da NCRF – ESNL, acompanhadas de várias informações técnicas de modo a tornar mais simples a sua interpretação.

Após aprovação por todos os Órgãos Estatutários os documentos contabilísticos serão submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo Instituto da Segurança Social.


Organização Interna

Figura 1 – Organograma da Instituição



Podemos afirmar que o funcionamento da instituição se modelou numa gestão de recurso espaços de forma eficiente que estabelecemos como objetivo para o exercício de 2018.

Resultados Operacionais

Preocupada com a sustentabilidade da instituição no médio e longo prazo ao longo do ano de 2018, mais uma vez, a Direção dedicou especial atenção à contenção de gastos para evitar um acréscimo de prejuízos resultantes das atividades operacionais da instituição *serviços prestados nas valências da Creche, Pré-escolar e CATL*. Todavia, ainda não foi possível, neste exercício económico, inverter a tendência para o défice de exploração, nem sequer foi possível reduzi-lo, mesmo com a adoção de medidas ao longo do exercício que tiveram sempre presente a redução de gastos e a salvaguarda da manutenção ou melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes. É de referir a falta de comparticipação da Segurança Social a trinta e cinco utentes do polo II da Creche, com parecer favorável em relação as infraestruturas e organização da instituição de acordo com os manuais de processos da segurança social.

A direção empenhar-se-á para que se atinja o equilíbrio de exploração nos anos futuros, sempre condicionados às exigências por parte da segurança social no que se refere ao número mínimo de funcionários por número de alunos, no qual estes com as alterações das tabelas remuneratórias inevitavelmente aumentam os custos com pessoal. Temos esperança da conceção da compensação por parte da Segurança Social, facto a não ocorrer será muito difícil de atingir, num curto / medio prazo, sem o reforço da parte do Estado nas comparticipações e a comparticipação dos utentes com tendência a diminuir por questões ligadas ao desemprego e à pobreza, não permitirá adquirir a sustentabilidade que desejaríamos, pelo que, temos, hoje, ainda mais consciência das dificuldades que temos em atingir esse objetivo.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Cust' and various initials and numbers.

Execução Orçamental

Cumpre-nos, finalmente, assinalar com inteiro agrado, o nível de execução e eficiência orçamental no que concerne aos gastos comparativamente com o orçamento, apresentando uma eficiência acima dos 100% uma vez que os desvios são favoráveis e resultaram numa diminuição global de gastos de 571,00€. Quanto ao Proveito existe uma diferença não favorável de 44266,00€ no qual está implícito no orçamento a compensação do polo II da creche, acrescentando ainda a alteração dos rendimentos das famílias que diminuiu, consequentemente as mensalidades diminuíram ficando muito distante do projetado. As variações positivas ou negativas não são superiores ao diferencial 15% aceite pelo Instituto da Segurança Social.

Mapa comparativo entre Previsão Orçamental / Execução (exercício de 2018)

Rúbricas	Previsão	Execução	Di ^{fa} .
Custos:			
Custo Mat. Sub. e Consumo	72 000 €	72 992 €	992 €
FSExternos	95 000 €	108 163 €	13 163 €
Gastos c/Pessoal	647 000 €	627 887 €	-19 113 €
Depreciações	17 000 €	18 393 €	1 393 €
Outros gastos	5 000 €	7 993 €	2 993 €
soma dos custos...	836 000 €	835 429 €	-571 €
Proveitos:			
Prestação de Serviços	421 000 €	336 084 €	-84 916 €
Comparticipação ISS	327 000 €	353 465 €	26 465 €
Comparticipação IEFP	13 000 €	0 €	-13 000 €
Juros e outros similares	2 000 €	4 277 €	2 277 €
Outros rendimentos	78 000 €	89 909 €	11 909 €
soma dos proveito	841 000 €	783 734 €	-57 266 €

Nota: Tendo em conta o rigor e a base de trabalho realista na elaboração do orçamento, estes resultados só foram possíveis na medida em que, ao longo do ano, foram sendo implementadas algumas medidas de racionalização e rigor no controlo de gastos, sempre tendo presente o respeito pelos valores orçamentados, bem como uma postura pró-ativa na melhoria contínua.

Informação Económica e Financeira

A Direção, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido, presta, a seguinte informação referente ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 2018, contida nas demonstrações financeiras instrumentos de gestão, nomeadamente: **Balanço; Demonstração de Resultados por Natureza; Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo.**

De forma resumida, apresentamos, seguidamente, alguns mapas de análises que se desenvolvem e explicam a evolução das componentes económico-financeiras, tornando assim mais fácil a sua interpretação.

BALANÇO
Balança a 31 de Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		473 524,29	478 790,51
Ativos intangíveis		1 946,83	1 095,99
Outros activos financeiros		488,19	488,19
		475 959,31	480 374,69
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Clientes e Utentes		885,50	1 199,00
Diferimentos		449,47	3 325,00
Outros ativos financeiros		242 213,83	240 850,00
Caixa e depósitos bancários		258 378,51	309 656,84
		501 927,31	555 030,84
Total do Ativo		977 886,62	1 035 405,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		40 600,51	40 600,51
Resultados transitados		880 147,44	889 383,39
		920 747,95	929 983,90
Resultado líquido do período		(51 694,06)	(9 235,95)
		869 053,89	920 747,95
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		869 053,89	920 747,95
Passivo			
Passivo não corrente:			
		0,00	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores		4 251,42	11 768,91
Estado e outros entes públicos		14 234,54	10 782,82
Outras contas a pagar		90 346,77	92 105,85
		(108 832,73)	(114 657,58)
TOTAL DO PASSIVO		108 832,73	114 657,58
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		977 886,62	1 035 405,53

Análise das contas mais significativas**Contas do Ativo:**

C/11, 12 e 13:- Caixa e Bancos: - Os seus valores refletem os meios financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2018, assim distribuídos:

Em Caixa	848,61 €
Em Deposito à Ordem	32529,90 €
Em Depósitos a Prazo	225000,00 €

Verifica-se uma diminuição de saldo em 51278,33€ relativamente a 2017, verbas resgatadas das contas de Deposito a Prazo para suprir necessidade de tesouraria, face as pequenas reparações inadiáveis e o acréscimo dos custos com o pessoal por imposição legal.

C/21, 27 e 28:- Representa a dívida de terceiros constituída, na sua maior parte, pela FIP (Fábrica da Igreja de Penafiel) 229.963,49 €.

Os valores restantes que constam do balanço são valores associados ao ticket infância em trânsito, com exceção de 1.280 €, de três Utentes do Pré-Escolar em situação de contencioso e 397 € de um inquilino, em igual situação.

C/41-42-43 Propriedade de investimento e Ativos Tangíveis: Regista um aumento líquido no valor de 15007,72€, sujeitos a depreciação nos termos da Lei referente a pequenas obras de conservação e reparação efetuadas no edifício onde operam as diversas valências, bem como a renovação do programa informático e equipamento de funcionamento, conforme se explica no mapa abaixo:

Alteração nos Ativos Exercício de 2018

		2018			A.Acumuladas	Valor Amortizavel	Depreciação Líquido	
		Aumento	Inicial	Final			Exerc,	31-12-2018
		Exercicio						
4151	Ações	0,00	99,76	99,76	99,76	0,00	0,00	99,76
41584	FRSS	0,00	172,58	172,58	172,58	0,00	0,00	172,58
41585	FRSS	0,00	215,85	215,85	215,85	0,00	0,00	215,85
41		0,00	488,19	488,19	488,19	0,00	0,00	488,19
4211	Terenos	0,00	14 205,76	14 205,76	14 205,76	0,00	0,00	0,00
4221	Edifícios	0,00	386 990,05	386 990,05	386 990,05	0,00	0,00	0,00
4222	Obras/Habitaçãoes	0,00	15 718,59	15 718,59	5 458,40	10 260,19	1 026,02	9 234,17
42		0,00	416 914,40	416 914,40	406 654,21	10 260,19	0,00	9 234,17
43321	Edifício	0,00	683 921,31	683 921,31	357 130,73	326 790,58	6 535,81	320 254,77
43322	Obras Edifício	10 411,96	136 487,79	146 899,75	33 265,86	113 633,89	5 681,69	107 952,20
43324	Arruamentos	0,00	8 381,40	8 381,40	1 130,90	7 250,50	725,05	6 525,45
4333	Equip. basico	1 383,75	97 972,17	99 355,92	85 554,50	13 801,42	2 299,32	11 502,10
4334	E. Transporte	0,00	21 850,71	21 850,71	21 487,22	363,49	90,87	272,62
4335	Mob. Admin.	599,99	55 549,29	56 149,28	52 364,90	3 784,38	473,05	3 311,33
4337	Outros	240,00	19 451,50	19 691,50	19 451,50	240,00	39,98	200,02
43		12 635,70	1 023 614,17	1 036 249,87	570 385,61	465 864,26	0,00	450 018,48
44	Intangíveis	2 372,02	6 194,84	8 566,86	4 002,85	4 564,01	1 521,18	3 042,83
Total		15 007,72	1 447 211,60	1 462 219,32			18 392,98	459 740,84

Passivo:

C/22 – Fornecedores: - Totaliza os créditos de fornecedores em 31 de dezembro, totalmente pagos em 2019, cumprindo os prazos de pagamento acordados, de 30 a 60 dias da data de emissão da fatura conforme os acordos.

C/24 - Sector Público: – Evidencia os valores das contribuições, quotizações e retenção na fonte feita a funcionários nos vencimentos de dezembro de 2018, ainda retenções de Trabalhadores independentes. Os valores evidenciados já foram entregues ao Estado dentro dos prazos legais.

C/27-28- Diferimentos e outras contas a pagar: - A verba de 88323,92 € refere-se, exclusivamente ao valor de encargos com o pessoal referente ao vencimento do mês de férias, Subsídio de Férias, Contribuições para a segurança social e seguros a liquidar em Junho de 2019, relativos a 2018.

Valores dos Fundos Patrimoniais e Passivo:

Fundo Patrimonial: C/56 - Resultados Transitados: – Agrupa os valores acumulados do Resultados Líquidos apurados nos exercícios económicos anteriores.

Análise dos Gastos:

A situação económica da Instituição, no exercício de 2018, apresenta uma evolução em termos de custos que reflete, o normal desenvolvimento das suas atividades, salienta-se o aumento de 35 utentes da creche sem comparticipação do Instituto da Segurança Social, com reflexos nos resultados gerais da instituição, por via do aumento do quadro do pessoal e aumentos dos salários impostos por lei.

Em termos de variação e estrutura de custos a sua discriminação representa-se no mapa abaixo:

Mapa comparativo 2018 / 2017

Conta	Rubricas	2018	2017	Variação	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	72 992,45	74817	-1 824,55	-2,50%
62	Fornecimentos e serviços externos	108 162,78	91367	16 795,78	15,53%
63	Gastos com o pessoal	627 887,14	595997	31 890,14	5,08%
64	Gastos de depreciação e de amortização	18 392,97	15735	2 657,97	14,45%
68	Outros gastos e perdas	7 993,18	5989	2 004,18	25,07%
Total de Custos		835 428,52	783 905,00	51 523,52	6,17%

Analisando a variação dos Gastos globais de 2018, comparados com o mesmo período de 2017, verifica-se um aumento cerca de 6.17%, equivalente a 51523,52 €, sendo a rubrica de gastos com o pessoal a que mais contribuiu para essa situação, como já foi referido gastos obrigatórios e impostos por lei.

Os gastos com o pessoal representam os compromissos contratualizados com os funcionários que integram a estrutura do quadro do pessoal, que tem exigências do Instituto da Segurança Social, segundo o nº. de utentes conforme discriminamos no quadro abaixo:

Quadro de pessoal em 31-12-2018 p/Valências

Categ/Prof.	QT.	Setores			
		Creche	Pr'-Esc	CATL	Comuns
Cordenador-Contabilista	1				1
Diretora Técnica	1				1
Encarregada Geral	1				1
Educadoras	8	4	4		
Professora Primária.	3			3	
Aj. Educação	15	10	4	1	
Assist. Administrativo	2				2
Cozinha / Aj Cozinha	4				4
TA-Serv- Gerais	6				6
Soma.....	41	14	8	4	15

F. Cruz
Alf. Cruz
C. S. S.
Cruz

Análise dos Proveitos:

Os proveitos têm a sua maior expressão nas mensalidades cobradas aos utentes e subsidio à exploração atribuída pelo Instituto da Segurança Social, nos termos dos acordos estabelecidos, segundo a lotação nas diversas valências donde resultou os seguintes valores:

Resumo por contas de proveitos:

Conta	Rubricas	2018	2017	Variação	
72	Prestações de serviços	336 083,90	338887	-2 803,10	-0,83%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	353 464,56	362926	-9 461,44	-2,68%
78	Outros rendimentos e ganhos	89 909,00	93572	-3 663,00	-4,07%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4 277,00	1384	2 893,00	67,64%
	TOTAL RENDIMENTOS	783 734,46	796769	-13 034,54	-1,66%

Analisando a variação dos rendimentos na sua globalidade entre 2018 e 2017, verifica-se uma diminuição de 13034,54€ em cerca de 1,66% a menos que o ano anterior. Este decréscimo devesse a precaridade e diminuição do rendimento efetivo das famílias que abrangemos.

Análise de Resultados

C/81 - Resultado Líquido do Período: – Revela a diferença entre os Proveitos e os Gastos do exercício de 2018 traduzindo um Resultado líquido negativo no período, de **51694,06€**, resultado consequente e proveniente de três razões fundamentais:

1. *Aumento das despesas com admissão de pessoal, exigência do Instituto da Segurança Social e as atualizações salariais impostas por lei.*
2. *Falta da compensação aos 35 utentes do polo da Creche II.*
3. *Gastos com obras de reparação e beneficiação de ativos fixos, reparações inadiáveis.*

Conclusão:

Quanto aos resultados das Contas de Gerência com saldo negativo, faz com que esta Direção encare o próximo ano com a dedicação e empenho que sempre presta tendo por base o cumprimento orçamental nomeadamente ao nível dos gastos. Considerando o ano de 2018 sem crescimento de carácter económico-financeiro que se perspetiva sem alteração para 2019 devido à diminuição do rendimento efetivo das famílias, com forte possibilidade de agravar a estabilidade das Instituições, sobretudo para aquelas, como a nossa cuja finalidade é prestar serviços aos mais necessitados. Esta Direção encerra este exercício económico com a consciência de dever cumprido tendo gerido a instituição de modo a prestar um serviço à comunidade sem restrições e diferenciação, apresentando o lado social muito positivo.

Proposta de Distribuição de Resultados

A Direção propõe que o Resultado do Exercício de 2018, representado por " (51694,06€) ", seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

Considerações Finais:

A Direção agradece o empenho e a colaboração dos restantes Órgãos Sociais bem como de todos os funcionários da Instituição, por terem contribuído, de modo exemplar e muito significativa, para funcionamento da instituição.

A Direção:

Presidente: 
(Paulo Jorge Barbosa da Rocha)

Vice-Presidente: 
(Manuel Vieira Lopes)

Secretária: 
(Sandra Cristina Cerqueira Santos)

Tesoureira: 
(Hermínia Fausta R. C. Mesquita)

Vogal: 
(Luis Tadeu Pimenta Carvalho)